



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**RECURSO Nº \_\_\_\_/2014**  
**(Do Sr. Paulo Foletto)**

Recurso ao Plenário contra decisão do presidente em considerar como não escrito parte do art. 18 do PLV n. 5, de 2014, que propõe alteração do art. 92 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo art. 125, parte final, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorro da decisão de Vossa Excelência de declarar como não escrita a parte do art. 18 do PLV n. 5, de 2014, aprovado pela Comissão Mista instituída para dar parecer à Medida Provisória n. 632, de 2013, especificamente no que diz respeito à pretendida alteração do art. 92 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Assim, requer-se a reintegração do referido dispositivo ao PLV n. 5/2014, afim de que seja submetido à apreciação do Plenário desta Casa, por entender que se trata de matéria pertinente ao texto originalmente contido na Medida Provisória n. 632, de 2013, que também altera o regime jurídico dos servidores públicos civis da União disciplinado pela Lei n. 8.112/90.

Sala de Sessões, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Deputado **PAULO FOLETTO**  
PSB/ES